



ÁFRICA

AUSTRAL HOJE

SADC HOJE Vol. 13 No 6 Outubro 2011



COP17

Rumo a um acordo sobre mudanças climáticas

POLÍTICA	3
COOPERAÇÃO	4
AGRICULTURA	5
TURISMO	6
SEGURAÇA ALIMENTAR	7
ENERGIA	8-10
BREVES NEGÓCIOS	11
ELEIÇÕES	12
GÉNERO	13
PAZ E SEGURANÇA	14
EVENTOS	15
HISTÓRIA HOJE	16

A **CONFERÊNCIA** sobre mudanças climáticas marcada para Durban, na África do Sul, em Dezembro, constitui uma oportunidade para a comunidade global alcançar um acordo vinculativo para o objectivo comum de salvar o planeta, mas profundas divisões continuam a marcar o caminho a seguir.

A 17ª Conferência das Partes (COP 17) da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas continuará a efectuar negociações para um consenso mundial sobre um segundo período de compromisso do Protocolo de Quioto que expira em 2012.

A questão da redução de emissões comparáveis para parceiros industrializados não subscritores do protocolo de Kyoto será fundamental para o resultado da conferência de Durban.

"As mudanças climáticas estão ameaçando o nosso futuro

e do nosso planeta, e devemos agir agora se quisermos salvar o amanhã", a presidente ministerial da próxima COP17, Maite Nkoana-Mashabane, da África do Sul, acrescentando que "nenhum País, não importa o seu tamanho ou poder, pode assumir esse desafio por conta própria."

"Nós só podemos ter sucesso quando trabalhamos juntos, como a comunidade internacional, fazendo leitura a partir da mesma página, e actuando em conjunto para um objectivo comum. É, portanto, nosso desejo que esta conferência se torne uma plataforma para o mundo dar um passo significativo em direcção a um futuro regime de mudanças climáticas."

Nkoana-Mashabane, que é o Ministra de Relações Internacionais e Cooperação, disse que as negociações em curso são encorajadoras e a comunidade global deve basear-se nisto para tornar a COP17 um sucesso.

Na última cimeira, um projecto de acordo foi alcançado, o que representa um pequeno passo para um acordo global. No entanto, o progresso estava longe de ser satisfatório, especialmente para países em desenvolvimento, uma vez que não abordou a sua posição sobre uma série de questões, incluindo níveis de emissões de carbono, bem como o aumento de financiamento, transferência de tecnologia e a capacidade de adaptação e gestão de riscos.

Como resultado disto, há cepticismo sobre a magnitude dos números e das condições de acesso aos fundos do proposto Fundo Verde do Clima que espera mobilizar e desembolsar cerca de 100 biliões de dólares norte-americanos por ano até 2020, começando com 30 biliões de dólares em 2012 para apoiar acções de mitigação e adaptação nos países em desenvolvimento.

continua na página 2...

Rumo a um acordo sobre mudanças climáticas

continuação da página 1...

A África também argumenta que a subida da temperatura global deve ser mantida abaixo de 1,5 graus em vez da meta proposta de 2 graus.

Na sua reunião anual realizada na Namíbia, os ministros da SADC responsáveis pelo ambiente e da gestão dos recursos naturais reafirmaram o seu desejo de usar a próxima conferência sobre mudanças climáticas para pressionar por um resultado que reflecte as prioridades Africanas que se centram sobre o aumento dos financiamentos, transferência de tecnologia e capacitação de adaptação.

Os Ministros instaram todos os Estados-Membros a trabalhar em conjunto e falar com uma só voz, a fim de influenciar o resultado da conferência, acrescentando que a adaptação continua sendo uma prioridade para a região.

O Grupo Africano de Negociadores sobre Mudanças Climáticas (AGN), que se reuniu em Durban, em Agosto, reafirmou a necessidade de priorizar a adaptação climática para beneficiar o continente.

"Durban prevê finalizar um quadro de adaptação ambiciosa, orientações e apoio para os nossos planos nacionais de adaptação e construir o impulso em direcção a um mecanismo para compensar as perdas e danos relacionados com o clima", disse o AGN.

Os Ministros da SADC responsáveis pelo género também enfatizaram a importância da integração da perspectiva de género nas políticas de mudanças climáticas e estratégias de adaptação, uma vez que as mulheres são as mais afectadas pelas alterações climáticas.

Em consonância com a visão dos Ministros da SADC, o AGN concordou em pressionar por um segundo período de compromisso juridicamente vinculativo no âmbito do Protocolo de Quioto para

garantir que não haja diferença entre primeiro e segundo períodos de compromisso.

O Protocolo de Quioto, o único acordo global sobre mudanças climáticas até à data, estabelece as metas para

os países industrializados reduzirem as suas emissões para uma média de cinco por cento abaixo dos níveis de 1990 entre 2008 e 2012.

A COP17 vai decorrer de 28 de Novembro 28 - 09 de

Dezembro 9, em Durban. Esta é a terceira vez que um país Africano acolhe uma conferência sobre mudanças climáticas, depois de Marrocos em 2001 (COP7) e do Quênia em 2006 (COP13). r

Posição de África sobre o clima

O GRUPO Africano de Negociadores sobre Mudanças Climáticas (AGN) é uma estrutura de todos os altos funcionários dos Estados membros da União Africana, especialistas e negociadores da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), da Conferência Ministerial Africana sobre o Meio Ambiente, que faz a supervisão política sobre o grupo. O grupo é presidido por Tosi Mpanu-Mpanu, da República Democrática do Congo.

Na sua reunião realizada em Durban, África do Sul, em Agosto, o grupo (AGN) surgiu com a "Plataforma Africana do Clima para Durban", que é a posição Africana para a COP17.

O documento da posição será apresentado na reunião de Ministros Africanos do Ambiente (AMCEN) para adopção na Conferência de Bamako, em Outubro.

Os Elementos-chave do documento de posição incluem:

- Garantir a implementação plena, efectiva e sustentada da UNFCC através do processo multilateral que garanta o progresso sobre as questões não resolvidas acordadas em Bali em 2007, assegurando que as decisões tomadas em Cancun sejam operacionalizadas;

- Proteger o segundo período de compromisso do Protocolo de Quioto, bem como reduções de emissões comparáveis para parceiros industrializados não subscritores do protocolo de Quioto é fundamental para os resultados da Conferência de Durban;
- Os países desenvolvidos são chamados a assumir compromissos de mitigação ambiciosa 2013-2017 de pelo menos 40 por cento e reduzir as suas emissões em pelo menos 95 por cento até 2050, em comparação aos níveis de 1990;
- A adaptação deve estar no centro do negócio, garantindo um processo para a implementação concreta das actividades de adaptação, e reconhecendo que as necessidades de adaptação e financiamento dependem de ambição de redução de emissões de todas as partes; e
- A tecnologia deve ser tratada através operacionalização do mecanismo de tecnologia concordaram em Cancun para permitir uma acção reforçada no desenvolvimento e transferência de tecnologia para apoiar os países em desenvolvimento para adaptar e mitigar as mudanças climáticas. r

Financiamento vital para combater as alterações climáticas

O FENÔMENO global de mudança climática não podem ser resolvidos sem um acordo que inclui financiamento, tecnologia e capacitação, Presidente Sul-Africano Jacob Zuma disse.

"Um acordo que não aborda os meios necessários para a execução - construção de financiamento, tecnologia e capacidade - não será equitativo", disse ele à frente da COP17 definido para Durban em novembro e dezembro.

Zuma apelou à comunidade global para honrar os compromissos internacionais assumidos em cimeiras anteriores, dizendo que se

afastando deles não ajudaria na luta contra a mudança climática.

Ele disse que há necessidade de operacionalizar alguns dos acordos, particularmente aquelas feitas em Cancun, no México. Estes acordos incluem a criação de um Fundo Climático Verde, que visa aumentar e desembolsar cerca de EUA \$ 100 bilhões por ano até 2020, começando com EUA \$ 30 bilhões em 2012 para apoiar ações de mitigação e adaptação nos países em desenvolvimento.

"Tornou-se igualmente importante para enfrentar seriamente a ampliação da prestação de financiamento do

clima entre 2013 e 2020, e iniciar um processo formal que irá avaliar as fontes e escala de financiamento de longo prazo e garantir a capitalização do Fundo do Clima Verde . "

Ele disse que um resultado menos ambicioso que não iria atender as necessidades urgentes daqueles que foram seriamente afetadas pelas mudanças climáticas não seria aceitável.

"A conferência Durban está acontecendo no continente Africano, que é particularmente vulnerável ao impacto das mudanças climáticas. Neste contexto, o baixo nível de ambição é uma preocupação séria." *BuaNews* r

Plano de Desenvolvimento Regional será revisto

A CIMEIRA dirigiu o Grupo de Trabalho Ministerial sobre Integração Económica Regional para revisão do Plano da SADC de Desenvolvimento Estratégico Indicativo Regional (RISDP) para identificar as prioridades e reorientar agenda de integração da região.

O RISDP revisto culminará com o desenvolvimento de um programa de trabalho centrado que permitirá a implementação de programas de alto impacto para melhorar a integração de desenvolvimento regional.

A revisão também permitirá priorizar o programa de trabalho da SADC para alcançar o máximo impacto com recursos limitados.

O RISDP é um plano da SADC de 15 anos para o desenvolvimento regional integrado e erradicação da pobreza que foi lançado em Março de 2003.

Este plano contém metas com prazos que são considerados como faróis virados para as metas continental e internacionais, em particular a Nova Parceria da União Africana para o Desenvolvimento de África (NEPAD) e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

A meta primordial é atingir taxas anuais de crescimento económico de pelo menos sete por cento, necessários para reduzir para metade, até 2015, a proporção de pessoas vivendo em situação de pobreza extrema.

A proposta de revisão do RISDP e reorientação das prioridades da SADC vêm na sequência das actuais negociações Tripartidas entre a SADC, a Comunidade do Estados África Oriental (EAC) e o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA).

Os líderes das três Comunidades Económicas Regionais (CER) lançaram negociações para o

estabelecimento de um mercado integrado de 26 Países que integram uma população combinada de quase 600 milhões de pessoas, um Produto Interno Bruto total (PIB) de cerca de 1 trilião de dólares norte-americanos e metade da União Africana (UA), em termos de adesão.

As negociações devem resultar no estabelecimento da Área de Comércio Livre (ACL) Tripartida que deverá reforçar comércio intra-regional através da criação de um mercado mais amplo, aumento dos fluxos de investimento, aumento da competitividade e do desenvolvimento de infra-estrutura inter-regional.

O Quadro Legal e Institucional foi acordado através de um Memorando de Entendimento Tripartido Inter-Regional de Cooperação e Integração assinado pelo COMESA, EAC e SADC, em 19 de Janeiro de 2011.

Além de lançar as negociações para o estabelecimento da ACL Tripartida, os líderes do COMESA, EAC e SADC adoptaram um roteiro, bem como a negociação de princípios, processos e estrutura institucional. Eles também delinearam um programa de trabalho e um roteiro a ser desenvolvido para ser o pilar da industrialização.

Isto significa que a agenda da SADC de integração não pode mais ser discutida de forma isolada, mas sim através das negociações Tripartidas. A revisão do RISDP, portanto, tem de considerar as implicações do processo Tripartido para a agenda de integração da SADC.

Com a iniciativa Tripartida de três pilares acordada, torna-se necessário considerar que os aspectos da integração regional podem ser implementados através desta plataforma – SADC ou de forma Tripartida.

O resultado da revisão irá, portanto, incluir recomendações sobre os assuntos podem ser tratados no seio da SADC e aqueles que melhor podem ser direccionados para o nível Tripartido, bem como a forma de alcançar a sincronização dos dois processos.

De acordo com um relatório do Grupo de Trabalho Ministerial sobre a Integração Económica Regional, apresentado na Cimeira Luanda, as três prioridades a médio prazo para a integração económica da SADC são a consolidação da Área de Comércio Livre da SADC, o aprofundamento da integração económica na região, e a ampliação da integração através de uma ACL Tripartida.

Dois Estados-membros, Angola e a República Democrática do Congo, não são membros da ACL da SADC.

Como foi actualmente formulado e com base na Visão, Missão, Agenda e Princípios comuns da SADC, o RISDP destina-se a orientar os Estados-Membros, instituições da SADC, os actores regionais e parceiros de cooperação internacional no processo de aprofundamento da integração para transformar a visão da comunidade numa realidade.

Além de sua contribuição para alcançar os objectivos gerais da SADC, as principais áreas de intervenção actual foram seleccionadas de acordo com a sua potencial contribuição para a erradicação da pobreza, integração do desenvolvimento regional, desenvolvimento regional equilibrado e equitativo; integração continental e economias globais, desenvolvimento sustentável e igualdade de género.

As principais áreas de intervenção do RISDP estão divididas em dois grupos, ou seja, áreas transversais de intervenção e áreas de intervenção sectorial. Cada área de intervenção é

apresentada com o objectivo geral, áreas de foco, principais estratégias e metas gerais.

As actuações metas levam em consideração os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e outros parâmetros internacionalmente acordados.

As áreas transversais de intervenção incluem a erradicação da pobreza, luta contra o HIV e SIDA, igualdade de género e desenvolvimento, ciência e tecnologia; tecnologia da informação e comunicações, ambiente e desenvolvimento sustentável; desenvolvimento do sector privado; e estatísticas.

A Cooperação sectorial e as áreas de intervenção são a integração do comércio/liberalização económica e desenvolvimento, apoio de infra-estrutura para a integração regional e segurança alimentar sustentável e desenvolvimento humano e social. r

31ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo

“...A CIMEIRA fez a revisão da situação sócio-económica na região e observou melhorias dos indicadores de desempenho macroeconómicos tais como a media geral do Produto Interno Bruto que esteve a 4.9 por cento comparado com os 2.9 por cento em 2009, investimentos que registaram uma melhoria de 22 por cento comparado com o Produto Interno Bruto de 2009 para 24.9 por cento em 2010, bem como uma redução da inflação de 12.4 por cento em 2009 para 7.5 por cento em 2010.

A cimeira notou, contudo, que a região deve continuar em alerta aos riscos impostos pela volatilidade económica e financeira nas economias em desenvolvimento. ...” r

SADC faz revisão da Cooperação com Parceiros Internacionais

A SADC planeia rever o acordo assinado há seis anos com Parceiros de Cooperação Internacional (ICPs) como parte dos esforços para fortalecer a cooperação SADC-ICP e facilitar o funcionamento eficaz das estruturas de parceria.

O Secretário Executivo da SADC, Tomaz Augusto Salomão, disse que a revisão da Declaração de Windhoek sobre a nova parceria SADC-ICP teria, entre outros, o objectivo de trazer actores não-estatais para o reforço da integração regional.

"O caminho para a integração regional não será possível sem a participação desse eleitorado crucial", disse Salomão, durante um workshop recente de revisão intercalar do Fundo de Desenvolvimento da estratégia regional de cooperação SADC-Europeia (EDF), realizada no Botswana.

A Declaração de Windhoek sobre uma nova parceria SADC-ICP, aprovada na Conferência Consultiva da SADC realizada na Namíbia em 2006, tem orientado a cooperação entre a SADC e os ICPs, estabelecendo uma estrutura institucional para o diálogo sobre questões políticas e técnicas, e uma melhor coordenação dos esforços entre as duas partes para garantir a cooperação para um desenvolvimento mais eficaz.

Também garante o alinhamento, harmonização e racionalização dos procedimentos operacionais, regras e outras práticas para o fornecimento de assistência ao desenvolvimento da SADC, bem como facilitar sinergias e complementaridade de apoio prestado aos níveis nacional e regional.

A Declaração de Windhoek sobre uma nova parceria SADC-ICP tem procurado criar um ambiente para uma maior e melhor ajuda para o



Secretário Executivo da SADC, Tomaz Augusto Salomão (Segundo a esquerda) com os líderes da SADC

desenvolvimento na região da SADC.

Os ICPs prometeram apoio contínuo para a África Austral e notaram que os desafios para a SADC são a garantia da oferta de "liderança renovada" e assumpção de uma maior apropriação de programas e projectos regionais.

O quadro da parceria foi instituído pela mudança na política da União Europeia para o desenvolvimento. A UE tem, desde 2005, uma nova política de desenvolvimento, o Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento, que define os valores, objectivos, princípios e modalidades da ajuda comunitária ao desenvolvimento.

A luz da nova política, os estados membros da UE resolveram aumentar os orçamentos de ajuda nacional para pelo menos 0,7 por cento do rendimento nacional bruto (RNB) dos respectivos países até 2015. O objectivo intermédio é assegurar orçamentos de ajuda na ordem dos 0,56 por cento do RNB nacional até 2010.

SADC e os ICPs têm feito vários compromissos em termos de implementação do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento da África Austral (RISDP) e do Plano Estratégico Indicativo para o Órgão de Política, Defesa e Segurança (SIPO).

O RISDP e o SIPO são programas de desenvolvimento regional e 15 anos que traçam as prioridades regionais na área do

comércio e da liberalização económica, o desenvolvimento de infra-estrutura, segurança alimentar, desenvolvimento humano e social; prevenção de conflitos; e da paz, estabilidade e segurança.

As principais áreas de cooperação acordadas para assistência incluem o estabelecimento da Área de Comércio Livre da SADC, que foi lançada em 2008, bem como apoio no desenvolvimento de infra-estruturas nos sectores de transportes, energia, água e comunicações; segurança alimentar, HIV e SIDA; desenvolvimento de recursos humanos; e paz, estabilidade política e segurança na região.

Salomão disse que há necessidade da SADC e dos ICPs "levantarem os obstáculos a todos os níveis para que possamos demonstrar resultados visíveis".

"Nós, portanto, queremos continuar a reunir mais apoio nesta tarefa enorme que é, de fato, um caminho ambicioso para uma integração regional mais profunda", disse Salomão.

O Workshop Regional conjunto SADC-UE foi convocado para analisar um relatório intercalar para a revisão intercalar do 10º Documento da Estratégia Regional e do Programa Indicativo Regional FED SADC.

Políticas da UE para a região da SADC estão descritas no EDF10 Programa Indicativo Regional (PIR) para o período

2008-2013, que aborda duas áreas focais de cooperação: a integração económica regional e a cooperação política regional, sendo que ambos estão firmemente ligadas ao RISDP e SIPO na resolução dos seus objectivos e prioridades.

Salomão reiterou o compromisso do Secretariado da SADC em apoiar os Estados Membros na aplicação das prioridades para a integração regional através da cooperação e apoio da UE.

"A cooperação contínua ao abrigo do 10º FED vai continuar a promover e a reforçar a integração regional na SADC", disse ele.

Ele anunciou que a SADC criou um Comité de Coordenação das Reformas Institucionais do Secretariado para facilitar a implementação das reformas propostas após uma avaliação dos programas regionais após a assinatura do 10º Documento de Estratégia Regional FED SADC, em 2008.

"Nós já estamos testando as novas políticas, sistemas e processos de contabilidade e auditoria, recursos humanos, compras, bem como planeamento, orçamento e monitoria", disse ele.

Com a expectativa de que o Secretariado passaria a avaliação institucional e qualificar-se-ia para acordo de contribuição, Salomão anunciou que a SADC já elaborou projectos para áreas focais de integração económica regional e cooperação política regional, com 80 por cento dos RIP ou cerca de 92.800.000 Euros alocados para a integração económica regional.

Outros 15 por cento do equivalente a cerca 17.400.000 de euros do RIP foram atribuídos à cooperação política regional, enquanto cinco por cento, ou 5.000.000 de Euros, foram reservados para sectores não prioritários. r

Segurança alimentar beneficia de centro de pesquisa agrícola regional

O LANÇAMENTO de um centro de pesquisa agrícola regional demonstrou o compromisso da SADC para melhorar a segurança alimentar na região.

Localizado em Gaborone, Botswana, a Coordenação de Pesquisa e Desenvolvimento Agrícola na África Austral (CCARDESA) tem como objectivo estimular o crescimento da agricultura através da investigação, desenvolvimento tecnológico e disseminação de informações de pesquisa aos agricultores.

Acesso à informação é fundamental para fins de planeamento, especialmente quando os agricultores querem diversificar novas culturas ou gado.

A coordenação da pesquisa agrícola e desenvolvimento regional ajuda a fortalecer parcerias entre organizações públicas e privadas, permitindo a transferência de tecnologia para responder às necessidades e demandas do sector agrícola.

Falando na cerimónia de lançamento realizada na reunião de Ministros da SADC responsáveis pela Agricultura, o vice-Presidente de Botswana, Mompoti Merafhe, disse que avanços em pesquisa agrícola e tecnologia são essenciais para o reforço da segurança alimentar na região.

Ele disse que a SADC estava em rápida expansão, daí a necessidade de manter o ritmo com a demanda e garantia para que a região seja auto-suficiente em alimentos.

"O desafio de alimentar mais de 250 milhões de pessoas nos Estados Membros da SADC é enorme, e o lançamento deste centro veio num momento mais adequado", disse ele.

"Para manter o ritmo com o crescimento populacional e

outras demandas da vida, o desenvolvimento de pesquisa e tecnologia deve continuar a ser o foco e antes do tempo", acrescentou, dizendo que a SADC deve posicionar-se claramente para competir com outras regiões no mercado mundial de alimentos.

Merafhe disse que a África Austral deve continuar a confiar nos seus próprios cientistas, que têm uma base de conhecimento rica e tradicional, para a partilha das suas descobertas e invenções de modo a tornar a agricultura mais competitiva.

Ele solicitou a CCARDESA a viver acima das expectativas da região, colocando ambos os recursos regionais e internacionais para uma boa utilização, e garantir que a pesquisa seja orientada para a procura e não necessariamente para preencher uma lacuna profissional para o seu próprio reconhecimento.

O centro deve produzir tecnologias úteis para apoiar o interesse de ambos os pequenos agricultores e da agricultura comercial. Essas tecnologias podem incluir a melhoria das instalações de armazenamento para os



agricultores na região para permitir que os Estados Membros da SADC possam resolver os seus desafios.

A CCARDESA também irá coordenar a implementação Programa Multi-Produtividade Agrícola da SADC (SADC-MAPP), cujo principal objectivo é promover o desenvolvimento agrícola na África Austral.

A CCARDESA foi estabelecida em 2010 após a sua aprovação pelo Conselho de Ministros da SADC. Este órgão substituiu o Centro de Cooperação em Pesquisa Agrícola e Formação da África Austral (SACCAR) que foi criado em 1982. A Director do Sector de Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais da SADC (FANR), Margaret Nyirenda, foi nomeada para chefiar o Conselho de Administração.

A reunião de Ministros da SADC responsáveis pela Agricultura decorreu em Julho, no Botswana, sob o tema "Pesquisa e Desenvolvimento: A chave para a Segurança Alimentar". A agricultura é a espinha dorsal da maioria das economias da África Austral e a SADC identificou o sector como uma prioridade para o desenvolvimento. sardc.net

agricultores, que lhes permitam armazenar a sua produção por um longo tempo e ganhar mais de seus rendimentos.

Um estudo recente da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) estima que a maioria dos Países da África Austral poderá perder até 40 por cento da sua produção após a colheita por causa das precárias instalações de armazenamento.

O lançamento da CCARDESA, portanto, contribuirá para revitalizar a pesquisa e o desenvolvimento



SADC cria maior Parque Transfronteiriço do mundo

A CRIAÇÃO do maior parque transfronteiriço do mundo ficou mais próxima de se tornar realidade quando cinco Países da África Austral assinaram um tratado para o lançamento formal do parque.

Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe assinaram o tratado para estabelecer a Área de Conservação Transfronteiriça do Kavango-Zambezi (KAZA TFCA) durante a recente Cimeira da SADC, realizada em Luanda, Angola.

Situado nas Bacias do Okavango e do rio Zambeze, onde as fronteiras dos cinco Países convergem, a TFCA KAZA cobre uma área de cerca de 444.000 quilómetros quadrados.

Esta área inclui 36 parques nacionais, reservas de caça, florestas da comunidade e áreas de gestão de caça

A área de conservação se orgulha de inúmeras atracções turísticas, tais como o Victoria Falls entre a Zâmbia e o Zimbabwe, as pinturas rupestre nos montes San, Botswana, e a população selvagem na região.

Esta elevada concentração de atracções poderá criar uma variedade inteiramente nova de oportunidades de turismo na África Austral, apresentando uma oportunidade para o desenvolvimento sócio-económico na região da SADC, resultando em uma integração mais profunda entre os Estados-Membros.

Também permitiria a região comercializar conjuntamente suas atracções, o que torna uma opção muito mais atraente para os turistas que normalmente procuram uma vasta gama de oportunidades e experiências.

Um estudo recente da *Parks Peace Foundation* e do Banco de Desenvolvimento da África Austral prevê que a área de conservação poderá atrair até oito milhões de turistas para a região anualmente, bem como a criação de emprego para milhares de pessoas.

Ao assinar o tratado, os cinco países da SADC demonstraram o seu compromisso de gerir de forma sustentável os seus recursos e incentivar o desenvolvimento socioeconómico da região.

Como resultado deste

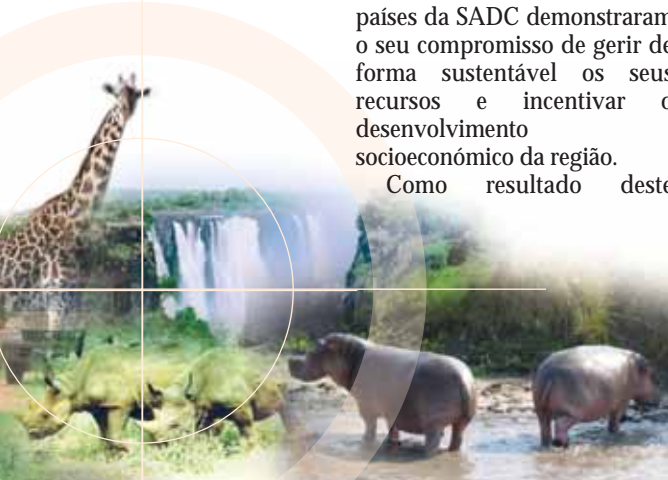
compromisso firme mostrado pelos cinco países, foi criado um secretariado da KAZA TFCA para garantir que este ambicioso plano seja totalmente implementado.

Os escritórios do secretariado da KAZA TFCA estão localizados em Kasane, Botswana e foram oficialmente lançados em Agosto, numa cerimónia com a presença do Secretário Executivo da SADC, Tomaz Salomão, dos Ministros do Turismo dos cinco Países, bem como outras partes interessadas.

O Ministro do Meio Ambiente, Fauna Bravia e Turismo do Botswana, Kitso Mokaila, disse que o parque transfronteiriço "irá promover o investimento e desenvolvimento de infra-estrutura para apoiar a conservação e o turismo na região".

O estabelecimento da TFCA KAZA assenta nos ideais da SADC articulados no Protocolo relativo à Conservação da Fauna e Aplicação da Lei de 1999, que obriga os Estados-Membros a "promover a conservação dos recursos da fauna compartilhada através do estabelecimento de áreas de conservação transfronteiriça." O estabelecimento da TFCA KAZA é visto como um novo marco para a África Austral nos seus esforços de fortalecimento de projectos regionais e promoção de mais parques transfronteiriços na região.

Os parques já criados incluem a Grande Área de Conservação Transfronteiriça do Limpopo que se estende por Moçambique, África do Sul e Zimbabwe, a TFCA da Floresta do Maiombe que envolve Angola, Congo e República Democrática do Congo, e a Planície Liuwa / Mussuma, que inclui Angola e Zâmbia. sardc.net



Cinco nações da SADC partilham recursos faunísticos através da criação do maior parque transfronteiriço do mundo

Zâmbia e Zimbabwe acolhem conferência mundial de turismo

A ZÂMBIA e o Zimbabwe ganharam o concurso para co-sediar a Organização Assembleia Geral da Organização Mundial do Turismo, patrocinada pelas Nações Unidas, prevista para 2013.

Os dois países vão sediar o encontro nas cidades de Livingstone (Zâmbia) e Victoria Falls (Zimbabwe), perto da poderosa Victoria Falls (*Musi oa Tunya*, o fumo que tropeja), no rio Zambeze, que é um património comum.

Ambos os Ministros do Turismo, Walter Mzembe, do Zimbabwe, e o seu homólogo zambiano, Lubinda Given, disseram que os preparativos já estão em curso para garantir que o evento seja um sucesso.

"Aproveitamos esta oportunidade para convidar o secretariado da Organização Mundial do Turismo (OMT), os Estados membros e membros associados e outros com experiência em acolher a assembleia Geral da OMT e outros eventos similares para prestar

assistência técnica e outros para os nossos dois governos e para as nossas equipas de planeamento conjunto, preparando-se para 20ª Assembleia Geral da OMT, "disseram os Ministros numa declaração conjunta.

A Assembleia Geral da OMT reúne-se a cada dois anos para discutir e dar uma orientação para o turismo global. A conferência de 2013 será a segunda a decorrer em África. O Senegal foi o primeiro País africano a acolher uma conferência similar em 2005. r

África Austral poderá ter uma boa época chuvosa

ESPECIALISTAS EM clima da África Austral prevêem boas chuvas na maior parte da região durante a época 2011/12.

A previsão climática foi elaborada por cientistas do clima dos serviços meteorológicos e hidrológicos da região da SADC, bem como do Centro Regional dos Serviços Climáticos.

O 15º Fórum Regional de Previsão Climática da África Austral (SARCOF 15), que esteve reunido na Namíbia, no final de Agosto, dividiu a época chuvosa em duas partes, Outubro-Dezembro de 2011 e Janeiro-Março de 2012 (ver mapas).

O Fórum prevê chuvas normais para abaixo do normal para a maioria das partes da África Austral na primeira metade da época, cobrindo o período de Outubro a Dezembro de 2011.

Esta situação abrange o extremo norte da República Democrática do Congo, a metade oriental de Angola e a maior parte do Botswana, Lesotho, Malawi, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Zâmbia e Zimbábwe.

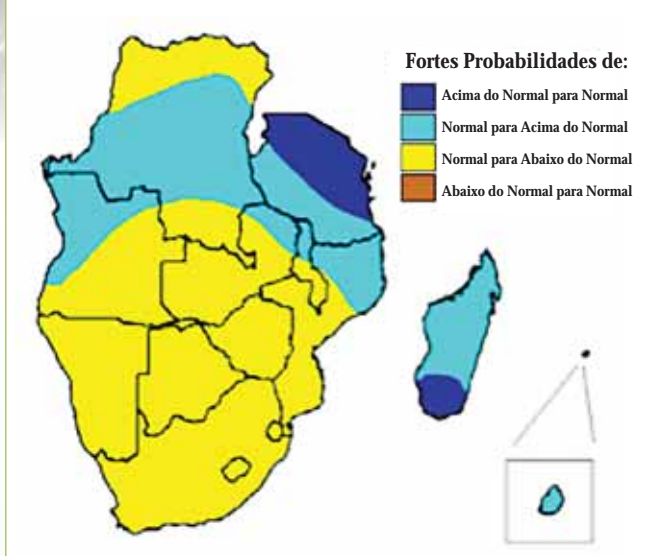
No entanto, partes do norte da República Unida da Tanzânia e sul do Madagáscar têm uma grande probabilidade de receber chuvas normais com tendência para acima do normal entre Outubro e Dezembro.

Na segunda metade da época, Janeiro-Março de 2012, a maioria dos Países da SADC e interior das Maurícias poderão receber chuvas normais com tendência para acima do normal.

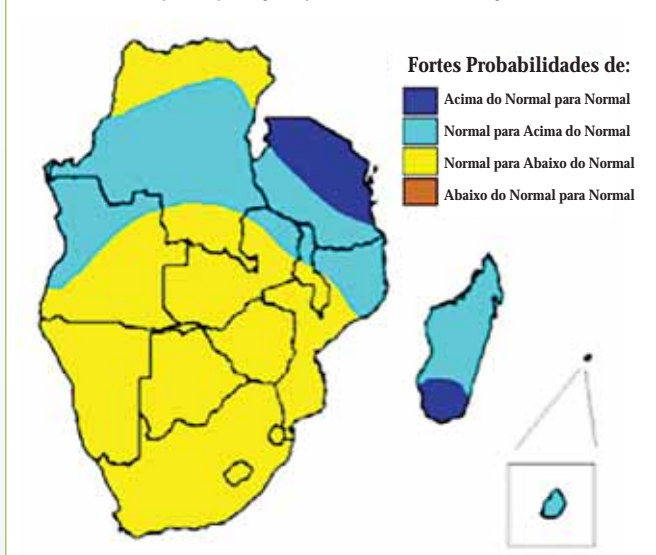
No entanto, a sudeste continental da SADC, bem como partes do norte da Tanzânia e Madagascar poderão receber chuvas acima do normal.

Este cenário cobre o Norte da Tanzânia, o Sul da Zâmbia,

Previsão de precipitação para Outubro-Dezembro de 2011



Previsão de precipitação para Janeiro-Março de 2012



Malawi, Lesotho norte, Nordeste da África do Sul, leste do Botswana e a maior parte de Madagáscar, Moçambique, Suazilândia e Zimbábwe.

A maior parte da RDC e norte de Angola têm uma alta probabilidade de receber chuvas normais para abaixo do normal durante o mesmo período.

O flanco ocidental da SADC, cobrindo o extremo oeste de Angola, Namíbia e África do Sul, poderá receber chuvas abaixo do normal.

Ao desenvolver as perspectivas, os cientistas levaram em conta factores principais, como as temperaturas da superfície do

mar nos oceanos Índico, Atlântico e Pacífico.

Eles observaram que o estado actual do Oceano Pacífico equatorial é neutro e as projecções apontam para a probabilidade de condições neutras El Nino-Oscilação Sul durante os próximos meses.

O processo do SARCOF começa com sessões de treinamento e capacitação, com duração de seis semanas, seguido pelo próprio encontro do SARCOF e depois uma reunião final do SARCOF para correcção das previsões intermédias.

Essas actividades são realizadas ao nível regional da SADC. Além disso, as sessões são realizadas pelos serviços meteorológicos e hidrológicos a nível nacional. A sessão de capacitação do pré-SARCOF visa reforçar a capacidade técnica dos meteorologistas nas previsões meteorológicas sazonais.

As previsões do SARCOF são baseadas numa combinação de métodos estatísticos, modelos de previsão numérica de tempo e opinião especializada. As previsões sazonais geradas pelo processo SARCOF tornaram-se uma ferramenta de planeamento importante para muitas comunidades da África Austral.

Com base nas previsões, as decisões são tomadas em sectores usuárias como uma forma de planear as actividades e práticas, bem como alocar recursos para a próxima época chuvosa. r

1.0 Introdução

O desenvolvimento de um sector da energia vibrante capaz de assegurar a auto-suficiência é uma grande prioridade na região da SADC. Dada uma economia em rápida expansão, a região tem, desde 1999, trabalhado no sentido da prestação de serviços de energia confiáveis e acessíveis. Além de restrições de financiamento, um dos desafios para a concretização de algumas das metas de energia é cumprir os cronogramas de projectos de engenharia. A falta de capacidade técnica a nível regional tem sido citada como um dos principais factores que afectam a capacidade da SADC em atingir auto-suficiência energética.

O défice de capacidade se manifesta em diferentes níveis institucionais que vão desde o Secretariado da SADC e as organizações subsidiárias como o Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP) e a Associação Regional de Reguladores de Electricidade da África Austral (RERA), para os empresas e os ministérios sectoriais. Entre as competências em falta na região figuram, em geral, o planeamento, engenharia de pacotes de projectos e de financiamento e gestão de projectos, enquanto as tecnologias que estão atrasadas são as relacionadas a sistemas de energia eléctrica e e energia em geral.

As empresas membro do SAPP identificaram um número de projectos prioritários para a implementação nos próximos anos visando resolver a situação de crise de energia na região. De acordo com o SAPP, as empresas membro planearam projectos para serem implementados entre 2009 e 2013, que acrescentariam cerca de 8.800 megawatts (MW) de electricidade para a rede regional. Isso permitiria a região equilibrar a oferta e a demanda.

Tal cenário só iria acontecer se todos os projectos de produção e reabilitação se materializassem dentro de datas previstas para implementação. Experiência actuais mostram que a conclusão e colocação em funcionamento dos projectos na região tem sido realmente mais lenta em relação a esse cenário optimista.

2.0 Desafios

O sector de energia da SADC não tem a capacidade de realizar um planeamento adequado, devido a escassez de competências. A maioria das empresas membro do SAPP perdeu vários quadros seniores ao longo dos últimos anos através da migração e demissões. Esta tendência tem de ser resolvida através de políticas adequadas de incentivos.

Um levantamento feito pela RERA em 2008, com o apoio do Centro para o Comércio da USAID com vista a analisar o estado actual da indústria de fornecimento de energia eléctrica (ESI), revelou que, embora a maioria dos países tenha políticas energéticas, elas precisam de ser revistas e actualizadas em consonância com as melhores práticas. A capacidade de implementar políticas é inadequada em alguns dos Países, enquanto as reformas na ESI estão, na maioria dos casos, incompletas e devem ser finalizadas em consonância com as políticas adoptadas.



CONSTRANGIMENTOS DE CAPACIDADE Satisfação da Capacidade das Necessidades

O outro desafio é que muitas das propostas de projectos regionais de energia são mal estruturados e empacotados, e, portanto, não conseguem atrair investimentos. Uma série de projectos há muito planeados não conseguiu ser implementado uma vez que o sector privado tem sido relutante em se engajar em parcerias com o sector público, principalmente devido às fórmulas de financiamento inadequado. Vários Estados-Membros da SADC têm sido lentos em colocar em prática mecanismos que promovam a participação do sector privado no sector da energia e melhorar a atracção da indústria para os investidores.

O ambiente político na maioria dos países da SADC não incentiva a participação do sector privado no sector da energia. Com excepção de alguns Países como a Zâmbia, a maioria dos Estados Membros da SADC estão ainda a abraçar plenamente o conceito de Parcerias público-privada (PPPs), apesar de ser parte do memorando de entendimento dos membros do SAPP que formalmente permite que actores privados estejam envolvidos no sector de energia da região. A Zâmbia estabeleceu uma instituição pública que facilita e promove a implementação de PPPs.

As limitações de capacidade fazem com que muitos Estados-Membros SADC deixem de abraçar plenamente as tecnologias de energia renováveis, como a energia solar e eólica. Os sistemas de energia térmica e solar, por exemplo, têm o potencial de longo prazo para fornecer uma quantidade e necessidades significativas de electricidade na SADC. Pesquisas mostram que a maioria dos países da África Austral recebe mais de 2.500 horas de sol por ano. O conhecimento de tecnologia de energia solar tem sido difundido



ENERGIA

AUSTRAL

Capacidades Energéticas em África Austral

na região da SADC, mas o seu uso é limitado, em parte devido aos proibitivos custos iniciais de implementação envolvidos e as limitadas capacidades.

3.0 Iniciativas Regionais

A região embarcou numa série de iniciativas para superar alguns dos desafios enfrentados pelo sector da energia. Estes incluem um projecto financiado pelo Banco Mundial visando melhorar a capacidade dos Estados-Membros de desenvolver infra-estruturas financiáveis, incluindo as do sector de energia. No âmbito deste projecto, o Secretariado da SADC, ao nível dos Estados-Membros, seria capacitado em matérias de planeamento, preparação e desenvolvimento de projectos de infra-estruturas.

Para melhorar a capacidade dos serviços públicos regionais, o Centro de Coordenação do SAPP com sede em Harare, Zimbabwe, tem realizado regularmente cursos de formação estruturada abrangendo questões como a troca de informações e comercialização de energia. O Centro de Coordenação do SAPP realizou com sucesso um curso de formação sobre o Dia de Mercado Antecipado (DAM), treinamento para a Electricidade de Moçambique (EDM) e Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB) em Abril de 2009, em Maputo, Moçambique, bem como na Zâmbia, em Agosto de 2009, capacitação da Empresa de Electricidade do Botswana em Outubro de 2009, e um treinamento para a Autoridade de Fornecimento de Electricidade do Zimbabwe em Fevereiro de 2010. Um curso de reciclagem para todos os membros do SAPP foi realizado em Dezembro de 2009, em Harare.

4.0 Papel dos ICPs

Os Parceiros de Cooperação Internacional (ICPs) têm desempenhado um papel significativo na capacitação com vista a colmatar a lacuna existente no sector de energia da SADC. A Noruega e a Suécia têm sido fundamentais na prestação de assistência para desenvolver a capacidade de empresas regionais de energia. O SAPP tem realizado várias visitas de intercâmbio durante os últimos anos para o mercado nórdico para aprender da experiência obtida num mercado desenvolvido, que tem características semelhantes como o DAM.

Uma capacitação institucional foi realizada para os membros do SAPP em Joanesburgo, em Março de 2010, por uma consultoria francesa, para familiarizar os funcionários com as melhores práticas europeias no comércio transfronteiriço de energia, organização de negociação, regulação de preços, funcionamento do mercado interno europeu e metodologia de definição de tarifas para o comércio transfronteiriço de electricidade. Este foi financiado pela União Europeia. O Banco Mundial tem apoiado a comercialização e avaliação operacional de certos membros do SAPP.

5.0 Conclusões e Recomendações

A Formação e capacitação institucional foram identificadas como pré-requisitos importantes para que qualquer organização (regional e nacional) tenha sucesso na consecução de sua missão. A elevada prioridade atribuída ao desenvolvimento de recursos humanos deriva de uma constatação e convicção de que a eficácia e a capacidade das organizações no sector de energia precisa de ser melhorada significativamente para que a SADC possa enfrentar os desafios actuais.

O Documento da Política e Estratégia Energética de Cooperação (1996) afirma que a SADC precisa de recursos humanos bem treinados para realizar os seus objectivos e implementar estratégias para o desenvolvimento energético. Nesta base, o documento propõe "... que um programa de treinamento baseado estrategicamente numa perspectiva de longo prazo devem ser incluídos como uma parte crítica da Política e Estratégia geral de Energia da SADC".

Tal programa está virado para aspectos-chave da capacidade organizacional que a SADC reconhece como vital para o desenvolvimento do sector da energia e para uma cooperação bem-sucedida entre os Estados-Membros:

- A SADC deve aproveitar a oportunidade de recursos disponibilizados pelos ICPs para preencher as lacunas de capacidade;
- Os Estados-Membros devem começar a fazer a integração da energia no desenvolvimento, garantindo que as restrições de capacidade sejam identificadas e tratadas;
- Há necessidade de criação de fundos nacionais de energia para atender e apoiar projectos de melhoria da capacidade; e
- Os Estados-Membros devem criar um ambiente atractivo para a participação do sector privado no sector energético, com o objectivo final de melhorar a capacidade.



Projecto ZiZaBoNa vai impulsionar o comércio de energia regional

ÁFRICA AUSTRAL está intensificando esforços para angariar recursos para a construção de uma linha de transmissão de energia que ligará quatro Países na região.

Iniciado em 2008, a linha de transmissão ZiZaBoNa poderá vir a ligar o Zimbabwe, Zâmbia, Botswana e Namíbia, os quatro Países dos quais deriva o seu nome. O seu desenvolvimento deverá aumentar o comércio de electricidade entre as empresas de electricidade dos Países participantes.

A linha de transmissão de energia será uma rota alternativa na região da SADC e vai descongestionar o corredor de transmissão das centrais de energia existentes que actualmente passa pelo Zimbabwe.

Reunidos recentemente em Windhoek, Namíbia, os gestores do ZiZaBoNa e o comité consultivo concordaram em organizar uma mesa redonda de investidores, onde seriam

discutidas oportunidades de investimento para o projecto.

A mesa-redonda de investidores, que deverá reunir potenciais investidores com empresas regionais e outras partes interessadas relevantes, tais como o Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP), está prevista para Novembro, na África do Sul.

Os quatro países também concordaram em adoptar uma Entidade para Fins Especiais (SPV) para o projecto. A SPV ou Entidade para Fins Especiais é uma empresa que é criada exclusivamente para uma determinada transacção financeira ou série de transacções. As SPVs são frequentemente usadas para aplicar um imposto eficiente sobre transacções, escolhendo a taxa fiscal mais favorável para a entidade.

O projecto ZiZaBoNa está previsto para ser implementado em duas fases. A primeira fase do projecto inclui a construção de uma linha de 120-km de 330 quilovolts (kV) quilovolts a partir

da Central eléctrica de Hwange para Victoria Falls onde uma estação de comutação será construída no lado Zimbabwe. A linha se estenderá a uma subestação em Livingstone, na Zâmbia.

A segunda fase envolve a construção de uma linha de 300 km de 330kV de Livingstone para Katima Mulilo na Namíbia, através Pandamatenga, no Botswana.

Uma interligação Zimbabwe-Zâmbia será construída como uma linha de alta tensão com

uma capacidade de transmissão de 430kV. No entanto, ele funcionará como uma linha de 330kV durante a primeira fase.

Depois de concluído, o projecto ZiZaBoNa será, por exemplo, possível para a empresa de electricidade da Namíbia (Nam Power), importar electricidade directamente a partir da Central Eléctrica de Hwange, no Zimbabwe. Actualmente a electricidade a partir da estação de Hwange está sendo encaminhada para a Namíbia através da África do Sul r

Sistema de comércio regional de energia

O **SISTEMA** competitivo de comércio regional de energia, destinado a fomentar o intercâmbio de energia eléctrica na África Austral, está a fazer progressos graduais desde o seu lançamento em Dezembro de 2009.

O Dia de Mercado Antecipado foi criado para promover o comércio de energia entre os Países da SADC.

Os dados mais recentes do Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP) indicam que o comércio foi, no geral, suave durante o mês de Julho de 2011, com apenas 115 megawatts por hora

(MWh) comercializados e um total de 4.570 dólares norte-americanos trocados no mercado de leilões.

"Comparativamente, Junho de 2011 registou 5.195 MWh, a um custo total de 276.773 dólares norte-americanos negociados no mercado", indicou o SAPP no seu relatório mensal.

Enquanto a diminuição nos volumes de negociação pode ser atribuída às restrições de transmissão no corredor central, a rede do SAPP também tem observado que há uma incompatibilidade geral entre compradores e vendedores na oferta de preços. r

Necessárias linhas de transmissão adicionais para o comércio regional

A **CONSTRUÇÃO** de linhas de transmissão na região da SADC é fundamental para resolver a situação de crise energética na região, uma vez que as interligações permitem que os Estados membros beneficiem de qualquer nova capacidade de produção instalada nos outros Países da região.

Uma série de projectos de interligação de transmissão foram identificados e deverão ser implementados

nos próximos anos para permitir a comercialização suave de capacidade de produção adicional.

Essas interligações incluem a linha de energia Zâmbia-Namíbia e da recém-lançada ligação de Caprivi. A linha de ligação de Caprivi garante transferência confiável entre os membros do leste e oeste do Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP).

O Projecto da interligação de Caprivi envolve a construção de duas estações conversoras, um na sub-estação de Zambezi e outra na sub-estação do Gerus, perto Otjiwarongo, na região Otjozondjupa, na Namíbia. r



Botswana no negócio de diamantes

O **BOTSWANA** chegou a um acordo de 10 anos com o Grupo De Beers, através do qual, esta empresa vai transferir da sua sede em Londres actividades de classificação, avaliação e venda de diamante bruto para Gaborone.

Com o novo acordo, a De Beers, vai mover a sua

classificação e comercialização das pedras preciosas para Gaborone até o final de 2013, terminando assim um arranjo que data do tempo do fundador Cecil Rhodes para tais vendas terem lugar em Londres.



Desde a sua nova base no Botswana, a empresa *De Beers Diamond Trading (DTC)*, efectuará uma produção agregada das minas da empresa e suas operações de *joint venture* em todo o mundo e vender para os compradores internacionais.

O Ministro dos Recursos Hídricos, Minerais e Energia do Botswana, Ponatshego Kedikilwe, disse que o acordo foi um passo importante para garantir o futuro da economia do Botswana.

Ele disse que os dias em que a De Beers determinavam a direcção dos preços de produção e armazenamento estavam no fim e o estado queria ter a sua própria

percepção das condições de mercado.

"Este acordo, e os resultados tangíveis que vai disponibilizar, permitirá ao Botswana alcançar sua aspiração de ser um centro de diamantes envolvido em todos os aspectos do negócio do diamante", disse Kedikilwe.

A venda de diamantes representa cerca de 33 por cento do Produto Interno Bruto do Botswana e é a principal fonte de receita estrangeira para o País. r

Lançado órgão global para os agricultores

OS AGRICULTORES formaram um novo órgão global para representar os seus interesses e será conhecido como a Organização Mundial de Agricultores (WFO).

A WFO foi lançado em Setembro numa cerimónia, em Stellenbosch, África do Sul. Agricultura da África do Sul foi um dos participantes instrumentos no estabelecimento da organização.

A WFO substitui a Federação Internacional de Produtores Agrícolas (IFAP), que antes cuidava dos interesses dos produtores a nível mundial, mas teve de ser dissolvida no ano passado devido a problemas financeiros.

A WFO está baseada em Roma, Itália, e os seus principais objectivos são para cuidar dos interesses dos produtores em relação a questões de política no sector agrícola.

O Conselho de administração da WFO compreende o Presidente, Robert Carlson, dos Estados Unidos, seis membros do conselho e um representando cada um dos seis continentes do mundo.

O presidente da União Nacional dos Agricultores da Zâmbia, Jervis Zimba, é o representante da África no conselho. *New Era* r

Malawi vai acolher Cimeira do COMESA

O **MALAWI** vai acolher a 15ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo do Mercado Comum para África Oriental e Austral (COMESA) de 14-15 de Outubro.

A cimeira vai discutir o comércio e investimentos no leste e na África Austral, bem como planos para lançar uma Área de Comércio Livre Tripartida abrangendo 26 Países de África.

Na cimeira, o Presidente do Malawi Bingu wa Mutharika vai assumir a presidência do COMESA, antes em poder do rei Mswati, da Suazilândia, que acolheu a última cimeira, em 2010. A presidência do COMESA é rotativa entre os Estados membros.

Antes da cimeira dos líderes, o Fórum Empresarial COMESA vai se reunir para discutir comércio intra-regional.

"O fórum de negócios vai explorar oportunidades de negócios disponíveis na região, a influência do ambiente para fazer negócios dentro e permitir diálogo entre empresários da

região e de fora dela", disse a chanceler Kaferapanjira, Directora Executiva da Confederação das Câmaras de Comércio e Indústria do Malawi.

Lançada facilidade para o comércio transfronteiriço no Zimbabwe

A **ASSOCIAÇÃO** de Comerciantes Zimbabwianos Transfronteiriços (CBTAZ) fez uma parceria com um banco local para lançar uma instalação de viagens destinadas a promover o movimento suave dos comerciantes transfronteiriços de e para o País.

A iniciativa *Voe Agora Pague Mais Tarde* vai instalar um banco local para pagar antecipadamente as tarifas de viagens que variam de 500 a 3.000 dólares norte-americanos, dependendo do destino, com os beneficiários reporem os valores dois meses depois de vender os seus produtos.

O Presidente da CBTAZ, Killer Zivhu, disse que a iniciativa vai ajudar os

O fórum deve atrair 500 empresários da região do COMESA, bem como potenciais investidores da China, Europa, Índia, Emirados Árabes Unidos e Estados Unidos. r

comerciantes nos mercados que permanecem inexplorados devido a limitações na obtenção de tarifas aéreas.

"Alguns de nossos membros não têm sido capazes de ir para Países de fora da região, porque eles não podem pagar as tarifas aéreas, depois de levantar fundos para comprar os seus produtos", disse ele.

O Gerente do banco responsável por micro-finanças, Patrick Mugwendeza, disse que "queremos garantir que a maioria do nosso povo seja economicamente forte."

Apesar da falta de dados, algumas estimativas indicam que o comércio transfronteiriço contribui entre 30 a 40 por cento do comércio intra-SADC. r

Sata vence eleições na Zâmbia

O **EX-LÍDER** da oposição zambiana, Michael Sata, da Frente Patriótica (PF) foi eleito novo presidente da Zâmbia, em Setembro, depois de derrotar Rupiah Banda, como líder do maior produtor africano de cobre.

Sata obteve 1.170.966 votos ou 41,98 por cento do número total de votos, contra 987.866 de Banda, do Movimento para a Democracia Multipartidária (MMD), que obteve 35,42 por cento dos votos totais, segundo a Comissão Eleitoral da Zâmbia (ECZ).

Hakaide Hichilema, do Partido Unido para o Desenvolvimento Nacional (UPND), ficou em terceiro lugar com 18,17 por cento dos votos, enquanto Charles Milupi, da Aliança para a Democracia e Desenvolvimento (ADD), ficou em quarto lugar ao reunir apenas 0,94 por cento dos votos, nas eleições realizadas a 20 de Setembro.

Edith Nawakwi do Fórum para a Democracia e Desenvolvimento (FDD) foi a única candidata entre os 10 candidatos à presidência que participaram na eleição, e ela ganhou apenas 0,24 por cento dos votos.

A afluência às urnas foi de cerca de 54 por cento dos eleitores registados, de acordo com a ECZ.

Nas últimas eleições presidenciais em 2006, Banda ganhou mais de 40 por cento dos votos válidos contra cerca de 38 por cento para Sata e 19 por cento para Hichilema.

Sata foi empossado a 23 de Setembro pelo Chefe de Justiça Ernest Sakala.

A PF também se tornou o maior partido no Parlamento, depois de ganhar 60 assentos no Parlamento nas eleições realizadas no mesmo dia, contra 45 para o MMD e 28 para o UPND.

O partido de Sata foi dominante nas províncias de

Copperbelt, Luapula e Lusaka, enquanto o MMD levou a maioria dos assentos nas províncias Oriental e Central, e o UPND conquistou a vitória na província do Sul, onde seus candidatos ganharam 17 dos 19 círculos eleitorais.

Nas eleições de 2006, o MMD ganhou 73 dos assentos parlamentares, o que representou 49 por cento dos assentos no parlamento eleito, enquanto a PF teve 43 lugares, com a Aliança Democrática Unida ficando com 26 assentos, o Partido Liberal Unidos teve dois assentos, e o Foco Democrático Nacional, um. Os restantes lugares foram para candidatos independentes.



Michael Sata (a esquerda) assumiu o Governo, em Setembro, como Presidente da Zâmbia

RDC marca eleições para 28 de Novembro

O **PRESIDENTE** Joseph Kabila definiu o dia 28 de Novembro de 2011, como a data para as eleições gerais na República Democrática do Congo.

Kabila vai concorrer para mais um mandato de cinco anos, numa corrida presidencial que inclui o principal líder da oposição, Etienne Tshisekedi. O



Um total de 768 candidatas parlamentares concorreu para os 150 assentos da Assembleia Nacional, com 113 ou 14,7 por cento dos candidatos sendo mulheres.

Noventa mulheres foram nomeadas por vários partidos políticos, enquanto outras 23 ficaram como independentes. Nas eleições parlamentares anteriores, em 2006, havia 706 candidatas, dos quais 103 eram mulheres.

Desta vez, apenas 17 mulheres (11,5 por cento)

chegaram à Assembleia Nacional depois das eleições.

O parlamento zambiano é composto por 160 assentos, incluindo os 150 membros que são eleitos e mais oito nomeados pelo Presidente. Os outros dois membros são o Presidente e o vice-presidente da Assembleia Nacional.

As eleições foram descritas como representando a vontade do povo em organizar eleições regionais e internacionais, incluindo a SADC e a União Africana.

As eleições tripartidas foram as sextas a decorrer na Zâmbia desde a introdução do multipartidarismo em 1991, quando partido de libertação do país, o Partido Unido para a Independência Nacional (UNIP) perdeu o poder a favor do MMD.

Esta foi a segunda vez que a ECZ usou um sistema de registo informatizado de eleitores, introduzido em 2006. Detalhes de todos os eleitores, incluindo impressões digitais, estão disponíveis electronicamente, o que acelera o processo de verificação. r

O principal opositor de Kabila nas eleições de 2006, Jean-Pierre Bemba, não está a concorrer este ano, aguardando julgamento no Tribunal Penal Internacional por acusações de crimes de guerra.

A Comissão Eleitoral Nacional Independente realizou o recenseamento eleitoral entre Abril e Julho. r

Governo da Zâmbia aquém das metas de género da SADC

O NOVO Governo zambiano anunciado pelo Presidente, Michael Sata, não consegue resolver as disparidades de género em termos da participação das mulheres nos cargos de decisão.

Apenas duas mulheres foram nomeadas Ministras do Governo composto por 19 membros, representando apenas 10,5 por cento dos cargos Ministeriais.

Trata-se de Nkandu Luo, que é a Ministra da Administração Local, Habitação, Educação Infantil e Protecção Ambiental, e Inonge Wina, que é o Ministra de Assuntos e Líderes Tradicionais.

Apenas quatro mulheres foram nomeadas vice-ministros. Duas delas são Esther Banda e Belinda Kawandami, que são deputadas de Luo e Wina, respectivamente.

As outras deputadas são Jean Kapata (Ministério do Desenvolvimento da Comunidade, Saúde, Mãe e Criança) e Alfreda Kansembe (Ministério das Finanças). Dos nove nomeados ministros provinciais, apenas uma é uma mulher - Josephine Limata (Província de North Western).

O último Governo formado após as eleições presidenciais da Zâmbia realizadas em 2008, após a morte do Presidente Levy Mwanawasa, tinha três mulheres ministras entre os seus 22 membros, representando cerca de 13,6 por cento.

Nas eleições de 2006, a Zâmbia tinha um total de cinco mulheres num Governo de 21 membros, representando cerca de 28,8 por cento.

Os últimos dados estão aquém da meta definida pela Comunidade para o Desenvolvimento da África Africano (SADC) de pelo menos 50 por cento de mulheres em cargos de tomada de decisão no sector público e privado até 2015, em consonância com a decisão da União Africana (UA). Assim,

a Zâmbia fica aquém da meta anterior de 30 por cento até 2005. A Zâmbia é signatária do Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento, que ainda não foi ratificada por dois terços dos Estados-Membros necessárias para entrar em vigor. Maurícias e Botswana são os dois únicos Estados-membros da SADC que não assinaram o Protocolo.

A legislação regional é um processo de três fases que envolve a assinatura de um protocolo inicial para indicar a aceitação, seguida por um longo processo de ratificação geralmente através do parlamento nacional, e, em seguida, o maior desafio é a domesticação das cláusulas para o direito nacional e assegurar a implementação.

Os objectivos do protocolo são prever a capacitação das mulheres, eliminar a discriminação e alcançar a qualidade e a equidade de género através de legislação, políticas, programas e projectos sensíveis ao género.

Sete signatários do Protocolo - Angola, Lesotho, Moçambique, Namíbia, Seychelles, República Unida da Tanzânia e Zimbábue já depositaram instrumentos de ratificação junto do Secretariado da SADC, o que significa a ratificação por mais três permitiria o Protocolo "entrar em vigor".

A representação de género nas eleições gerais de 20 de Setembro, ganhas pela Frente Patriótica, liderado por Sata, também ficou aquém da meta regional. Das 113 candidatas parlamentares que concorreram nos 148 círculos eleitorais, apenas 17 foram eleitas.

O parlamento zambiano é composto por 160 assentos, incluindo os 150 membros que são eleitos mais os oito nomeados pelo Presidente, bem como o Presidente e o Presidente

da Assembleia Nacional.

Um total de 148 assentos foram disputados nas eleições de 20 de Setembro, o que significa que duas eleições estão agendadas a qualquer momento este ano.

No último Parlamento zambiano, havia 21 mulheres no parlamento (14 por cento), uma proporção que é maior do que os actuais 11,5 por cento.

Na região da SADC, apenas quatro Estados-Membros atingiram a meta original de 30 por cento de representação de mulheres no Parlamento (em 2005) e nenhum atingiu o limite de 50 por cento.

A África do Sul tem a maior representação de mulheres no parlamento com 45 por cento, seguido por Moçambique com 39,2 por cento, e Angola e Tanzânia, com 38,6 por cento e 36 por cento, respectivamente.

Esses países têm sistemas eleitorais ou mecanismos de compensação que encorajam a participação das mulheres e uma representação mínima de 30 por cento é uma exigência constitucional, na Tanzânia.

Antes dos retrocessos em alguns Países, a região da SADC tinha alcançado o maior percentual de mulheres na política do mundo, a nível parlamentar, com 20 por cento, um número só superado pelos países nórdicos, com 41 por cento e as Américas, com 21 por cento, de acordo com uma recente pesquisa global.

A percentagem média da SADC de mulheres no parlamento foi maior do que a média mundial de 18,5 por cento, a média Sub-Sahariana de 18,6 por cento, da Ásia média de 18,4 por cento, da média do Pacífico em 15,2 por cento, e da dos Estados Árabes (9,1 por cento), que é a mais baixa. *sardc.net*



O PROTOCOLO da SADC sobre Género e Desenvolvimento foi assinado pelos Chefes de Estado e de Governo da SADC, excepto o Botswana e as Maurícias a 17 de Agosto de 2008, e retificado por nove dos 17 signatários em Outubro de 2011.

- Emancipação das mulheres para eliminar a discriminação e para alcançar a igualdade e a equidade de género através do desenvolvimento e implementação de legislação, políticas, programas e projectos sensíveis ao género;
- Harmonizar a implementação dos vários instrumentos que os Estados-Membros subscreveram a nível regional, continental e internacional sobre igualdade de género;
- Lidar com questões emergentes e preocupações de género;
- Definição realística, mensuráveis meta, prazos e indicadores para alcançar a igualdade e a equidade de género;
- Fortalecer, monitorar e avaliar os progressos realizados pelos Estados membros no sentido de atingir as metas e objectivos estabelecidos neste protocolo; e
- Aprofundar a integração regional, desenvolvimento sustentável e construção da comunidade.

Madagáscar - Actores políticos assinam o roteiro

PARTIDOS POLÍTICOS em Madagáscar assinaram um acordo que permite o retorno do exilado líder, Marc Ravalomanana, e pavimentam o caminho para eleições a serem realizadas dentro de um ano para restabelecer a governabilidade democrática na Ilha do Oceano Índico. Dez dos 11 actores políticos em Madagáscar assinaram um roteiro, em Setembro, que visa restaurar a normalidade constitucional no País.

O roteiro permite o retorno incondicional do exílio de Ravalomanana, o ex-presidente, e para o estabelecimento de instituições de transição antes das eleições.

Ravalomanana foi deposto por Andy Rajoelina, em Março, 2009 num golpe apoiado por militares e suas tentativas de voltar ao País têm sido bloqueadas por Rajoelina.

Actualmente, Madagáscar está suspenso da SADC.

O acordo foi intermediado pelo roteiro da SADC, após uma missão a Madagáscar pelo Comité Ministerial do Órgão (MCO), de 11-17 de Setembro. Esta missão foi mandatada pela Cimeira da SADC realizada em Angola, em Agosto.

A delegação da Troika foi liderada pelo Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, Marius Fransman, e, entre os representantes constavam outros membros da Troika da SADC, actualmente a Zâmbia e a República Unida da Tanzânia.

O seu mandato foi envolver os actores políticos em Madagáscar para implementar integralmente o roteiro em consonância com as decisões tomadas na Cimeira Extraordinária da SADC em

Junho de 2011 e, posteriormente reiteradas pela Cimeira de Luanda.

A missão do MCO foi apoiada pela equipa de mediação da SADC liderada pelo ex-Presidente moçambicano, Joaquim Chissano, e pelo Secretário Executivo da SADC, Tomaz Salomão.

O comité ministerial realizou consultas com as principais partes interessadas, incluindo os ex-presidentes malgaxes Didier Ratsiraka e Albert Zafy, bem como Rajoelina, que dirige a Alta Autoridade de Transição.

Eles também se reuniram com organizações da sociedade civil e chefes das forças armadas.

Durante as consultas com as partes políticas interessadas, verificou-se que a disputa principal foi sobre o parágrafo 20 do roteiro, tal como foi definido pela Cimeira de Sandton e reafirmado pela Cimeira de Luanda.

A grande disputa entre as partes andou a volta de uma carta de Salomão dirigida as partes políticas interessadas Malgaxes, datada de 17 de Junho de 2011.

Havia um sentimento geral de alguns dos intervenientes políticos de Madagáscar que a emenda contida na referida carta não reflectia correctamente o espírito e a letra das duas Cimeiras de Sandton e de Luanda.

A decisão da Cimeira de Luanda a seguinte: (a) "Cimeira também exortou a Alta Autoridade de Transição para permitir o povo malgaxe no exílio por razões políticas, a regressar ao País incondicionalmente, incluindo o Sr. Marc Ravalomanana."



(b) "A Cimeira exortou ainda a Alta Autoridade de Transição para urgentemente desenvolver e aprovar todos os instrumentos legais em circulação para garantir a liberdade política de todos os Malgaxes no processo inclusivo que conduzirá a eleições livres, justas e credíveis".

À luz das más interpretações, a missão da Troika decidiu fornecer clareza e corrigir concepções erróneas e outros aspectos do roteiro.

A Troika enfatizou que não havia uma distinção clara entre o conteúdo e o alcance do roteiro e suas modalidades de execução. Decidiu que as modalidades serão elaboradas após a assinatura do roteiro.

O parágrafo 20 foi reformulado pela Troika

ficando assim: "as altas autoridades de transição (HTA) devem permitir que todos os cidadãos malgaxes no exílio por razões políticas, retornem ao País de forma incondicional, incluindo o Sr. Marc Ravalomanana. A HTA deve proporcionar segurança para todos os malgaxes retornados. A HTA deve urgentemente desenvolver e aprovar os instrumentos jurídicos necessários, incluindo uma lei de amnistia, para garantir a liberdade política de todos os cidadãos malgaxes no processo inclusivo de transição para eleições livres, justas e credíveis". r

Cimeira aprova destacamento de funcionários para JOMIC Zimbabwe

OS LÍDERES da Austral instruíram a Troika do Órgão para elaborar termos de referência para um grupo de funcionários regionais que se vai juntar à equipa de facilitação da África do Sul, para ajudar o Zimbabwe a implementar o acordo de 2008 de partilha do poder.

Os líderes da SADC confirmaram durante a 31ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, em Angola, que o Órgão da Troika deve nomear uma equipa de três funcionários para integrar a equipa de facilitação e trabalhar com o Comité Misto

de Acompanhamento e Implementação (JOMIC) para garantir a monitoria, avaliação e implementação do Acordo Político Global (GPA).

As principais funções da JOMIC são garantir a implementação do GPA, receber os relatórios e queixas em relação a qualquer questão relacionada com a implementação, aplicação e execução do acordo, bem como servir como catalisador na criação e promoção de uma atmosfera de confiança mútua e entendimento entre as partes. r

DIÁRIO DE EVENTOS Outubro-Dezembro 2011

ÁFRICA AUSTRAL HOJE

SADC HOJE Vol 13 No 6 Outubro 2011

ÁFRICA AUSTRAL HOJE
É produzido como uma fonte de referência das actividades e oportunidades na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, e um guia para os responsáveis pela elaboração de políticas a todos os níveis de desenvolvimento nacional e regional.

Comunidade para o desenvolvimento da África Austral
Secretariado da SADC, SADC House,
Private Bag 0095, Gaborone, Botswana
Tel +267 395 1863 Fax +267 397 2848/318 1070
E-mail registry@sadc.int Website www.sadc.int

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado seis vezes por ano pelo Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) para o Secretariado da SADC em Gaborone, Botswana, como uma fonte credível de conhecimento sobre o desenvolvimento regional. Os artigos podem ser reproduzidos livremente pelos órgãos de comunicação social e outras entidades, citando devidamente a fonte.

EDITOR
Munetsi Madakufamba

COMITÉ EDITORIAL
Joseph Ngwawi, Kizito Sikuka, Eglene Tauya, Stalin Tazvitya,
Phyllis Johnson, Patience Ziramba, Ndiyavhongca Ndou,
Forbes Chinyemba.

ONSELHO EDITORIAL
Chefe da Unidade de Comunicação da SADC
Leefa Penehupifo Martin

TRADUTOR
Bonifácio Antório

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é apoiado pelo Ministério Norueguês dos Negócios Estrangeiros, em apoio ao Grupo Temático dos Parceiros Internacionais de Cooperação no Sector de Energia da SADC, que é presidido pela Noruega.

© SADC, SARDC, 2011

ÁFRICA AUSTRAL HOJE acolhe as contribuições individuais e de organizações dentro da região da SADC em forma de artigos, fotografias, artigos noticiosos e comentários, e também artigos relevantes de fora da região. Os editores reservam-se o direito de seleccionar ou rejeitar artigos, e editar para se ajustar ao espaço disponível. O conteúdo não reflecte necessariamente o posicionamento oficial ou opiniões da SADC ou SARDC.

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado em Inglês, Português e Francês, e está disponível num formato digital no Portal de Internet www.sardc.net Conhecimento para o Desenvolvimento, ligado a www.sadc.int

COMPOSIÇÃO & MAQUETIZAÇÃO
Tonely Ngwenya

FOTOS E ILUSTRAÇÕES
P1 SARDC, The Herald, L Munjoma; P10 Nampower; P4 allafrica.com,
P5, P6 D Martin APG; P12 greatindaba.com, globalvoicesonline.org
P13 postzambia.com, zambianwatchdog.com
P14 holidays-uncovered.co.uk, dailymail.co.uk; P16 AIM

Subscriva Hoje
ÁFRICA AUSTRAL HOJE está disponível através de uma taxa de subscrição anual para seis meses: 55 dólares para fora de África, incluindo o envio; 40 dólares nas restantes partes de África; e 30 dólares na África Austral. A subscrição permite receber a publicação via aérea ou por e-mail. Para mais detalhes, contacte o Editor.

A correspondência para esta publicação deve ser dirigida ao

Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral
15 Downie Avenue, Belgravia, Box 5690, Harare, Zimbabwe
Tel +263 4 791 141/791 143 Fax +263 4 791 271
E-mail sadctoday@sardc.net
www.sardc.net Conhecimento para o Desenvolvimento

Com o apoio das seguintes companhias aéreas:
Air Botswana, Linhas Aéreas de Moçambique, Air Namíbia,
South African Airways, Air Mauritius, TAAG Angolan Airlines
e Air Zimbabwe

SARDC
Southern African Regional Centre for Development Studies
www.sardc.net
Knowledge for Development

20 de Outubro,
África do Sul

Fórum de Negócios China-África

A China é o maior parceiro comercial da África, e o fórum visa fortalecer as relações. Este fórum surge depois de um outro sobre o Investimento em África, realizado na China em Setembro.

24-28 de Outubro,
África do Sul

Conferência Regional sobre o Género e Desenvolvimento

Esta Conferência SADC de instituições nacionais de género, parceiros e outras partes interessadas visa desenvolver um plano de acção regional para a implementação do Protocolo sobre Género e Desenvolvimento, após a ratificação.

26-28,
Moçambique

12º Simpósio da WaterNet 12 / WARFSA / GWP-SA

Este evento irá discutir e divulgar os resultados de pesquisa, debate sobre a política da água e os desafios que afectam o sector da água na África Austral.

26-28, Ethiopia

Conferência Económica africana

A conferência será uma plataforma para reflectir sobre os novos rumos para a política de crescimento e determinar as melhores abordagens para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, alcançar os objectivos da NEPAD e acelerar o desenvolvimento sustentável de África.

27-29, China

Diálogo China-África

Composto por instituições políticas de ambas as regiões, foi lançado em Hangzhou, China, como um fórum para reforçar o diálogo e as trocas por meio de pesquisas conjuntas e análise política. O tema do seminário de lançamento foi "relações Sino-Africanas na segunda década do novo século".

Novembro
3-4, África do Sul

Cimeira sobre Infra-estruturas em África

A cimeira visa promover e facilitar o investimento em infra-estruturas em África, em vários sectores como transportes, telecomunicações, energia e mineração.

15-16, Londres

Finanças Climáticas 2011

Uma série de novas abordagens estão sendo desenvolvidas para canalizar capitais públicos e privados para promover o desenvolvimento de baixo carbono. A conferência irá analisar o potencial dessas novas ferramentas para proporcionar actividades de adaptação e mitigação das mudanças climáticas.

Por confirmar,
África do Sul

Mesa redonda de Investidores de ZiZaBoNa

A reunião tem como objectivo apresentar oportunidades de investimento para o projecto ZiZaBoNa. A linha de transmissão ZiZaBoNa liga quatro Países da SADC - Zimbabwe, Zâmbia, Botswana e Namíbia.

21-25, Rwanda

Conferência Ministerial UA sobre Infra-estrutura Rural

A conferência visa encontrar formas de melhorar a infra-estrutura rural para aumentar a competitividade do sector agrícola de África e desenvolver os mercados regionais.

29 Nov-9 Dez,
África do Sul

COP17 sobre Mudança Climática

A 17 Conferência das Nações Unidas das Partes (COP17) vai decorrer em Durban, África do Sul, para discutir soluções para o aumento da média do aquecimento global e temperaturas do oceano, o derretimento generalizado da neve e do gelo, e os níveis do mar devido ao aumento das emissões de gases estufa.



25 Anos
19 de Outubro de 1986

Samora Machel homenageado

A **ÁFRICA** Austral comemora, em Outubro deste ano, o 25º aniversário da morte do primeiro presidente de Moçambique independente, Samora Moisés Machel, que morreu num acidente de aviação em 1986.

Machel e outras 34 pessoas, incluindo alguns dos seus assessores mais próximos e conselheiros, morreram quando o avião presidencial, que regressava de uma Cimeira na Zâmbia, caiu em Mbuzini, na África do Sul, a 19 de Outubro de 1986.

A causa do acidente não está ainda oficialmente determinada, apesar de pontos de provas circunstanciais apontarem para um farol de navegação falso colocado pelo regime do apartheid na África do Sul, para orientar o avião desviando o voo da rota de Maputo para as colinas de Mbuzini.

Nascido a 29 de Setembro de 1933 na aldeia de Chilembene, no que hoje é distrito de Chokwe, província de Gaza, no Sul de Moçambique, Machel foi saudado pela sua liderança carismática e forte diante do colono e dominação colonial e da opressão na África Austral.

Depois de tomar a liderança da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) do seu primeiro presidente, Eduardo Chivambo Mondlane, que foi assassinado por agentes de segurança Portugueses, em 1969, e liderar a luta de libertação contra o colonialismo Português, Machel tornou-se o primeiro presidente de Moçambique à independência, em 25 de Junho de 1975.

Poucos meses depois, em Março de 1976, ele fechou fronteira de Moçambique 1.200 km com a então Rodésia do Sul, a luz das sanções das Nações Unidas, e cortou o transporte de mercadorias do interior para ferrovias e portos do seu País.

A Frelimo já estava acomodando combatentes da libertação do Zimbabwe nas suas bases nas zonas libertadas em Moçambique desde 1972, especialmente na província de Tete, onde tinham acesso imediato para a travessia da fronteira.

O apoio firme e activo de Machel, da Frelimo e de Moçambique continuou até o Zimbabwe conquistar a sua independência a 18 de Abril de 1980. Quando a guerra na Rodésia atingiu o estágio de várias rondas de negociações, as autoridades moçambicanas mantiveram-se à margem. Nas negociações de Lancaster House, em Londres, em 1979, Moçambique teve um papel activo na promoção de um acordo.

A Renamo, formada e treinada em Odzi, na Rodésia, perto da fronteira com Moçambique, foi transferida, com armas, suprimentos e oficiais de treinamento, para a África do Sul durante a transição para a independência do Zimbabwe e continuou as suas actividades a partir de novas bases em Phalaborwa.

Machel foi eloquente e franco sobre o assunto de libertação na África Austral e, especialmente, contra o apartheid na África do Sul. Tendo vencido em Moçambique, ele acreditava que tudo era possível, incluindo uma vitória sobre o apartheid na África do Sul.

A sua posição de destaque contra o governo da minoria branca, no entanto, constituía uma ameaça para quem estava no poder na África do Sul na época.

Em Outubro 1986 estava no auge a nova actividade levada a cabo pelo Congresso Nacional Africano (ANC) nos subúrbios da África do Sul, com quadros em movimento dentro e fora de Moçambique, e no auge estavam as actividades da Resistência Nacional de Moçambique (Renamo) em Moçambique, movendo-se da África do Sul e do Malawi de Kamuzu Banda.

Isto ocorreu de três anos após a assinatura do Acordo de Nkomati por Machel e o líder do regime de apartheid da África do Sul, PW Botha, em Março de 1984, quando a sobrevivência de Moçambique dependia de um pacto de não agressão com a África do Sul. Na prática, ambos os lados continuaram com seus objectivos, e este atingiu novamente o auge com uma série de eventos relacionados em Outubro de 1986.



Lançado projecto de história africana

"**HISTÓRIA REAL** pertence a um povo em luta e não aos intérpretes da história. As próprias pessoas são os criadores da história e, portanto, os historiadores reais. Os intérpretes são meros narradores da história e não a real história de fabricantes como é muitas vezes erroneamente implícito."

Estas são as palavras do Presidente do Zimbabwe, Robert Mugabe, durante o lançamento, em Harare, do Projecto da UNESCO História Pedagógica da África.

Notando que os historiadores não-Africanos muitas vezes pintam uma imagem errada da África, Mugabe disse que a história do continente deve ser escrita por estudiosos e académicos Africano no lugar de serem espectadores passivos dos historiadores não-Africanos.

O projecto, que começou em 2009, é a segunda fase da História Geral da África do programa das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), e centra-se na elaboração de currículos de história e materiais pedagógicos para as escolas primárias e secundárias escritas por historiadores africanos.

A primeira fase produziu História Geral da África em oito volumes, incluindo a história antiga e pré-colonial e civilizações. A presente iniciativa da UNESCO visa promover a utilização e a harmonização do ensino desta colecção em instituições de ensino superior em todo o continente.

FERIADOS PÚBLICOS NA SADC

Outubro-Dezembro 2011

1 Outubro	Feriado Público	Botswana
4 Outubro	Dia da Independência	Lesotho
4 Outubro	Dia da Paz Reconciliação	Moçambique
14 Outubro	Dia do Mwalimu Nyerere	Tanzânia
15 Outubro	Dia da Mãe	Malawi
24 Outubro	Dia da Independência	Zâmbia
26 Outubro	Divali	Maurícias
1 Novembro	Dia de Todos os Santos	Madagáscar, Mauritius, Seychelles, Angola
2 Novembro	Dia de Todos os Santos	Angola
6-7 Novembro	Eid El-Hajj*	Tanzânia
11 Novembro	Dia da Independência Nacional	Angola
12 Novembro	Feriado Público	Angola
8 Dezembro	Imaculada da Conceição	Seychelles
9 Dezembro	Dia da Independência	Tanzania
16 Dezembro	Dia da Reconciliação	África do Sul
22 Dezembro	Dia da Unidade	Zimbabwe
25 Dezembro	Dia do Natal	SADC
26 Dezembro	Dia da Família	Namibia
	Dia da Boa Vontade	África do Sul
	Dia do Boxe	Botswana, Lesotho, Swaziland, Tanzania, Zimbabwe

*Depende da visualização da Lua